



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)
Divisão de Revalidação

Parecer Técnico nº 1/2025/DIREV/CORER/CGIR/DPI

ASSUNTO: Processo de Registro da Ourivesaria de Natividade

REFERÊNCIA: Proc. 01450.017344/2007-05

Brasília, 07 de agosto de 2025.

I. Introdução

O presente Parecer Técnico, elaborado pelo técnico Rodrigo Martins Ramassote, do Departamento de Patrimônio Imaterial, analisa o processo administrativo 01450.017344/2007-05 que versa sobre o pedido de reconhecimento da **Ourivesaria de Natividade** como Patrimônio Cultural do Brasil e a instrução do seu Registro, visando manifestação técnica conclusiva a respeito. O pedido foi aberto a partir de ofício encaminhado à presidência do Iphan, na data de 30 de novembro de 2007, por Sandra Maria Faleiros Lima, coordenadora do Projeto INRC de Natividade. Acompanhando esse primeiro ofício, consta um segundo, no qual os seus signatários expressavam “o interesse da população da cidade de Natividade, no estado do Tocantins, em ter reconhecida a sua tradicional prática da Ourivesaria em filigrana como Patrimônio Imaterial do Brasil” (sic), por meio de seu Registro no Livro dos Saberes.

Em conformidade com o Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000, e com a Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006, destacam-se os seguintes documentos obrigatórios que compõem o processo SEI 01450.017344/2007-05:

1. Documento da solicitação de Registro - Volume de Processo 1 Parte 1 ([1791494](#));
2. Anuências da Comunidade - Volume de Processo 1 Parte 1 ([1791494](#)); Volume de Processo 1 Parte 2 ([1791498](#)); Volume de Processo 1 Parte 3 ([1791502](#));
3. Material de apresentação do bem cultural - Volume de Processo 1 Parte 1 ([1791494](#));
4. Nota Técnica de Pertinência - ([5959250](#));
5. Ata da Reunião da Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial - Volume de Processo 1 Parte 3 ([1791502](#));
6. Produtos áudio visuais -
<https://drive.google.com/file/d/1zAe4EnUYf8IFJ9RQiSusr5CtFzUmeOZ8/view>
7. Fotografias encontradas em rede - \iphan\brasil\4.2.2 - COREG\COREG\2.REGISTROS -BENS REGISTRADOS OU EM PROCESSO\1.3.BENS EM PROCESSO\OURIVESARIA -NATIVIDADE-TO\6.FOTOS

8. Autorizações de cessão de fotografias e de material audiovisual \iphan\brasil\4.2.2 - COREG\COREG\2.REGISTROS -BENS REGISTRADOS OU EM PROCESSO\1.3.BENS EM PROCESSO\OURIVESARIA -NATIVIDADE-TO\6.FOTOS
9. Cessão de direitos patrimoniais - \iphan\brasil\4.2.2 - COREG\COREG\2.REGISTROS -BENS REGISTRADOS OU EM PROCESSO\1.3.BENS EM PROCESSO\OURIVESARIA -NATIVIDADE-TO\6.FOTOS\Termo de Autorização de Imagem
10. Dossiê descritivo - ([5959212](#))

II. Contextualização da instrução para o Registro

Como indicado, o pedido foi aberto a partir de ofício encaminhado à presidência do Iphan, na data de 30 de novembro de 2007, por Sandra Maria Faleiros Lima, coordenadora do Projeto INRC de Natividade. Acompanhando esse primeiro ofício, consta um segundo, no qual os signatários abaixo indicado expressavam “o interesse da população da cidade de Natividade, no estado do Tocantins, em ter reconhecida a sua tradicional prática da Ourivesaria em filigrana como Patrimônio Imaterial do Brasil” (sic), por meio de seu Registro no Livro dos Saberes: Albany Nunes Cerqueira, Prefeito de Natividade; Abisania Ferreira Gomes, Mestre Bisa/Ourives; Hélio Aires Ribeiro/Secretário Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Juventude; Jesumar Batista Borges, Mestre Jesumar/Ourives; Joatan Bispo de Macedo/Pároco/Natividade; Luciana Campos de Araújo/14ª Regional do Iphan/Natividade; Sandra Maria Faleiros Lima/UFT/Coordenadora do INRC/Natividade – Tocantins; Simone Carmelo Araújo/Monumenta/Natividade e Presidente da Associação Comunitária Cultural de Natividade (ASCCUNA). Aos ofícios mencionados, foi acrescida cópia do documento “Pedido de Registro da Ourivesaria da cidade de Natividade/TO no Livro de Registro dos Saberes e Modos de Fazer (sic) e seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial do Brasil” (sic), composto dos seguintes itens: a) Justificativa do Pedido; b) Lista de documentos e endereços dos solicitantes; c) Fotos das joias e das pessoas usando joias; d) Fotos dos Ourives Nativitanos; e) Documentos; f) Declaração da relevância da Ourivesaria; g) Abaixo-Assinado.

No item “Justificativa do Pedido”, o texto descreve, em linhas gerais, os aspectos culturalmente relevantes que definem o bem cultural: a) a origem portuguesa das técnicas de ourivesaria, cujas raízes remontariam à região do Minho; b) a centralidade da filigrana - técnica que se vale de fios de ouro ou prata de adelgada espessura, que, entrelaçados e fundidos com solda, “formam uma delicada renda, transformando-se em peças inteiras ou podendo ser aplicados como detalhes em outros objetos”; c) os principais motivos e tipologias das peças; d) a coalescência de técnicas de metalurgia africanas e de ourivesaria portuguesas no fabrico das joias na região; e) as conexões das joias com aspectos devocionais ligados à Festa do Divino Espírito Santo celebrada em Natividade.

O documento expressava, ainda, a preocupação com a continuidade histórica das habilidades técnicas requeridas pela ourivesaria, em especial a filigrana. À época, eram quinze artesãos envolvidos com as atividades e o ofício da ourivesaria em Natividade, sendo quatro mestres e dez ourives aprendizes das duas oficinas existentes na cidade. Diz o texto:

“O trabalho em Natividade se realiza basicamente em duas oficinas que dispõem de espaços pequenos e sem a devida adequação para o exercício de ofício tão delicado [...]. Principalmente em razão da falta de espaço, a presença de visitantes e clientes interfere no processo de trabalho, pois dificulta a concentração por parte dos ourives. O mercado se apresenta restrito e com certa sazonalidade, tendo um aquecimento no período de julho em razão das férias, e também durante as festividades locais, o que leva a produção a apresentar certa irregularidade” (Volume do Processo 1 - p. 15).

Informava, por fim, que uma série de projetos em curso, viabilizados pela Associação Comunitária Cultural de Natividade (ASCCUNA), em parceria com a embaixada britânica, e por meio de recursos Programa Monumenta, repassados à Fundação cultural do Estado do Tocantins, almejavam reverter esse estado de coisas, buscando aumentar o número de aprendizes e resgatar a tipologia de algumas joias.

Na data de 23 de janeiro de 2008, foi aberto no Departamento de Patrimônio Imaterial processo correspondente à proposta de Registro da Ourivesaria da cidade de Natividade – TO. Em ofício, informava-se, ao então responsável pela Secretaria de Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Natividade, que o pleito se encontrava em fase de avaliação técnica preliminar quanto à sua pertinência, e depois seria submetido à apreciação da Câmara do Patrimônio Imaterial, em conformidade com a Resolução 001/2006.

Para subsidiar o pedido, foi preparado o **Dossiê Registro para o Iphan no Livro dos Saberes – Ofício da Ourivesaria de Natividade – TO**, por equipe formada por Sandra Maria Faleiros Lima; Sonia F. Neiva e Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, todas vinculadas à UFT. Com base em depoimentos de ourives e devotos do Espírito Santo locais e o levantamento de arquivos documentais, o Dossiê aprofundou o conhecimento sobre o bem cultural, com especial destaque para: a) a sua dinâmica e percurso históricos; b) a tipologia e motivos das peças; c) a descrição das técnicas, instrumentos e processos empregados no fabrico das mesmas; d) a relação estreita da ourivesaria com festejos religiosos, em particular com a Festa do Divino Espírito Santo celebrada na localidade.

Nas datas de 11 e 12 de fevereiro de 2008, no âmbito da 9ª Reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, o pedido foi objeto de apreciação. Na Ata de reunião, lê-se:

“O primeiro pedido de Registro apresentado à Câmara foi o da Ourivesaria de Natividade/TO. A documentação submetida à análise sugere como bem cultural a ser registrado o ofício de ourives, que traduz a história da cidade de Natividade na sua relação com o território e a região. Esse ofício tradicional e sua manutenção constroem o elo passado presente da comunidade, vinculando diversos aspectos culturais que são fundamentais à identidade de Natividade. Tal bem foi indicado para Registro a partir da aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais naquela região. A Câmara julgou o pedido pertinente; entretanto, foi feita a ressalva de que da mesma forma que o Iphan está construindo o entendimento de que se deve registrar “sistemas culinários” e não comidas e “sistemas culturais” quando se trata de festas assim também deve-se ter esse cuidado com o Registro que se quer em Natividade, para se evitar que futuramente todos os ourives venham a pedir o Registro de seus ofícios separadamente. Cecília Londres salientou que seria importante registrar as formas e o grafismo dessas peças que traduzem a identidade local já que os temas das peças produzidas pela ourivesaria são muito peculiares e característicos da comunidade local: temas religiosos como a pomba do divino, a pulseira escrava, a peixa, uma placa em formato de peixe que é entregue às moças que saem da cidade, como forma de lembrança da cidade. A conselheira ressaltou que a pesquisa deve estar voltada para o Registro Gráfico das formas utilizadas na ourivesaria no Brasil, já que a técnica é sabidamente portuguesa” (Volume de Processo 1 Parte 3 – p. 51).

Após a reunião da Câmara Setorial, ocorreu, ao que tudo indica, uma interrupção no processo. O seu curso foi retomado na data de 21 de maio de 2014, por iniciativa de Antônio Miranda dos Santos, à época Superintendente do Iphan no Tocantins, que enviou memorando ao DPI, acompanhado de ofício redigido pela presidente da ASCCUNA no qual esta “solicita informações a respeito dos produtos do INRC e a solicitação feita pela ASCCUNA para o registro da filigrana de Natividade/TO”. Em resposta à demanda, Célia Corsino, na altura diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial, providenciou cópias do material produzido para serem enviadas à ASCCUNA e informava que a “intenção é sugerir o encaminhamento do Registro da Festa do Divino de Natividade, sendo a ourivesaria um bem agregado. Para tanto, teremos inicialmente de consultá-los, na qualidade de proponente. Acreditamos que grande parte da pesquisa dá subsídios para este encaminhamento, e neste sentido perguntamos sobre a posição da ASCCUNA sobre este redirecionamento”.

Em 20 de agosto de 2018, Hermano Guanaes Queiroz, então diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial, realizou visita técnica ao município de Natividade. Em reunião com os detentores do bem cultural e representantes da Superintendência do Iphan no Tocantins, os participantes defenderam a continuidade do processo de registro da ourivesaria local, rechaçando a proposta de instrução de um registro da Festa do Divino de Natividade. Aos 12 de agosto de 2020, a partir de despacho assinado pela coordenadora-técnica Cejane Pacini Muniz, endereçado à sua equipe da Superintendência, solicitou-se “análise técnica e manifestação quanto ao andamento do referido processo”. Em ofício datado de 20 de outubro de 2020, o técnico Alessandro Barbosa Lopes sugeriu que,

dadas as “recentes solicitações de informação por parte dos proponentes e detentores, sobre o pedido de registro da Ourivesaria da cidade de Natividade/TO”, fosse realizada uma “reunião virtual entre representante da Associação Comunitária Cultural de Natividade - ASCCUNA, Superintendência do Iphan no Tocantins e Coordenação-Geral de Identificação e Registro - CGIR/DPI. O objetivo da reunião é retomar junto aos proponentes o histórico do processo e as principais deliberações de seus autos”. Aconselhou, ainda, que, em vista das adversidades impostas pela pandemia de Covid-19, ocorressem não uma, mas “duas reuniões. A primeira deverá acontecer de forma virtual, entre as instâncias acima mencionadas. A segunda reunião poderá ser realizada presencialmente, quando houver redução dos riscos à saúde, de forma ampliada e com a participação dos detentores envolvidos no pedido de registro” (Idem).

Com o aval dos detentores, as atividades referentes ao processo da ourivesaria nativitana foram retomadas, ocorrendo a elaboração do plano de ação que viabilizou o reestabelecimento da parceria com a UFT com vistas à execução da pesquisa e elaboração do dossiê e do filme documentário por uma nova equipe. Sob a coordenação de Noeci Carvalho Messias, a equipe contratada em 2023 produziu os seguintes itens:

1. Exposição fotográfica *Aqui tecemos hoje os tesouros de ontem*, na Praça Leopoldo de Bulhões, no Centro Histórico de Natividade, em setembro de 2023.
2. Dossiê de Registro **Dossiê de Registro do Bem Cultural Ourivesaria de Natividade, TO**, composto de capítulos dedicados à descrição pormenorizada do bem cultural em tela, além dos seguintes anexos: a) texto que discorre sobre a dinâmica da metodologia de pesquisa baseada em artes realizadas durante o processo de pesquisa; o catálogo fotográfico *A pele das joias*; o catálogo *Joias como versos de criança*, composto de colagens, fotografias das joias e poemas escritos por alunos do 5º ano do Ensino Fundamental; e o catálogo *Ferramentas*.
3. Longa-metragem, de 24 minutos de duração, produzido no âmbito do Dossiê de Registro, o qual contém entrevistas e imagens com ourives e moradores locais;

III - Caracterização do Bem

A Ourivesaria de Natividade se define pela produção e pelo uso de um conjunto de joias artesanais feitas com ouro e prata extraídos de garimpos da própria região. Crucifixos, colares, cordões, gargantilhas, brincos, pingentes, pulseiras, anéis, enfim, joias para a ornamentação corporal, são fabricadas em Natividade e usadas pela população local e das localidades adjacentes – quais sejam: distrito nativitano do Príncipe e nos municípios vizinhos de Chapada da Natividade, Conceição e Almas – tanto na vida cotidiana quanto, em especial, em ocasiões e eventos sociais significativos e celebrações religiosas católicas. Para a confecção desse repertório, são empregadas distintas técnicas, sendo a filigrana a mais valorizada e reputada. Trata-se de um bordado de hastes finas de ouro (as mais finas têm a espessura de um fio de cabelo) com laterais serrilhadas, cujas raízes se encontram na região do Minho, em Portugal, e que se aclimataram no território do atual estado do Tocantins durante o período colonial com a chegada de artesãos adventícios que desembarcaram no Brasil. Embora seja possível encontrar trabalhos em filigrana em outras regiões do país, como na joalheria de Pirenópolis, em Goiás, e em algumas joias usadas no Círio de Nazaré, no Pará, no Tocantins a filigrana prevalece como um traço técnico e artístico distintivo para a produção artesanal local. Longe de se restringir a um saber técnico e especializado, a produção das joias implica a intervenção de processos criativos e de deliberação estética associados a objetos revestidos de valor simbólico e econômico. Os motivos e tipologias privilegiados pela ourivesaria de Natividade – a saber, elementos da flora local, peças típicas da ourivesaria ibérica e símbolos que evocam as principais celebrações religiosas de Natividade: do Divino Espírito Santo, Festa de São João de Natividade, da Romaria do Senhor do Bonfim e da Padroeira Nossa Senhora da Natividade – também conferem uma singularidade à joalheira nativitana. Mais que adornos corporais refinados e insígnias de distinção social, o uso das joias se prende a diferentes usos e significados, dos quais se destacam ocasiões e eventos sociais conectados ao núcleo familiar e à manifestação de devoção religiosa dirigida às principais celebrações locais. As peças, em sua maior parte, estão imbuídas de valores e sentidos e atuam em diferentes contextos, estabelecendo em cada um deles padrões de conduta

interativa, conjuntos de obrigações morais recíprocas, sentimentos de pertencimento e visões de mundo compartilhadas.

As primeiras notícias sobre o processo de povoamento da região geográfica que deu origem a Natividade e aos núcleos populacionais que lhes são adjacentes remontam à primeira metade do século XVIII. Em 1734, funda-se o arraial de Natividade, como resultado do processo mais amplo de expansão territorial desencadeado pelo chamado “Ciclo do Ouro”. Por essa época, a zona mineradora na região de Natividade chega a ocupar a terceira posição entre os arraiais goianos na arrecadação para a Coroa Portuguesa, ficando atrás apenas de Vila Boa e Meia Ponte. Ao final do século, porém, a atividade extrativa começa a declinar [1], dado o seu caráter aluvial, dando lugar à pecuária bovina. Para a atividade nas minas, confluiu um grande afluxo de gentes de áreas territoriais circunvizinhas, formando uma população bastante heterogênea. Em decorrência da atração pelo ouro, erigiu-se em Natividade um núcleo urbano, arquitetônico e paisagístico – edificações públicas e religiosas, casario colonial – que foi tombado pelo Iphan em 1987. Mesmo com a decréscimo da atividade de mineração e do volume do ouro obtido, a ourivesaria e o imaginário do Ouro permaneceram atuantes na região. São unânimes entre os moradores e artesãos locais de Natividade declarações sobre as origens portuguesa das técnicas de ourivesaria e dos motivos e tipologias das joias - destacando-se a filigrana. Ao lado disso, é também fato reconhecido e difundido a contribuição decisiva de saberes e técnicas metalúrgicas de aportados por escravizados que participaram do processo de povoamento e das atividades extrativistas da região.

Não se pode precisar quando tem início as atividades de ourivesaria na região, mas é provável que estas remetam ao início do século XIX, período em que são encontrados inventários de moradores de Natividade que listam entre seus bens e espólios joias fabricadas com ouro. Conforme o historiador tocantinense Osvaldo Póvoa consigna, o ourives mais antigo de Natividade foi José Fernandes Belo, “registrado como ourives em uma lista de eleitores da vila de Natividade em 1881. Então com 42 anos, Mestre Cazuzá, como era chamado, ‘já era ourives em Portugal’” (p. 124). Além dele, “seu filho Bernardino de Sena Fernandes, seu neto Altino de Sena Fernandes e Leopoldo Hermano, naturais de Natividade, e Antônio Nunes da Silva, artesão de Conceição do Tocantins que, radicado em uma oficina na rua da Contagem, atual rua Rafael Xavier, em Natividade, resguardou o ofício e a técnica da filigrana para as mãos do nativitano Juvenal Rodrigues de Cerqueira” (p. 124).

Com efeito, Juvenal Rodrigues de Cerqueira (1901-1979) é aclamado, de modo incontestado, como o grande responsável pela continuidade histórica da ourivesaria de Natividade ao longo do século XX. Sua “iniciação profissional foi realizada aos 12 anos, sob a responsabilidade do mestre Vicente Nunes, que lhe ensinou a técnica da filigrana, de difícil execução naquela época, pois as ferramentas eram rústicas e as máquinas elétricas incipientes. Em 1923, reputado como mestre, abriu sua própria oficina, onde produzia as peças religiosas alinhadas aos rituais e preferências católicas que a comunidade demandava” (Dossiê, p. 131). Mestre Juvenal “tornou-se exímio fabricante de joias que foram alçadas à posição de símbolos da cultura nativitana, como a *peixa*, o anel *escravo*, a *pomba do Divino*, o colar *de lantejoulas* e o *coração nativo*” (p. 132). Além da marca pessoal legada em seu ofício - notabilizada mais em função do esmero e virtuosismo técnicos do que propriamente à inovação -, Juvenal formou alguns discípulos que passaram a atuar em Natividade entre as décadas de 1970 e 1990, os quais, por sua vez, igualmente formaram outros jovens postulantes interessados em seguir adiante com o ofício.

É a partir dos anos 90 que, em decorrência da constatação das dificuldades para assegurar a renovação do plantel de ourives em Natividade, surge a ASCCUNA, com a intenção de revitalizar a atividade. Para tanto, foi promovida uma série sucessiva de projetos sociais que buscavam não apenas recrutar novos aprendizes, mas igualmente tornar o ofício mais aberto e equânime em termos de gênero, origem social e composição étnico-racial. As oficinas e consultorias ministradas por ourives experientes facultaram o surgimento de uma nova geração e à “multiplicação de modelos de joias com base nas peças *coração nativo* e *flor de maracujá* (em funções de pingente, colar, brinco, pulseira, anel, entre outras), o que, aliado à crescente incorporação da prata, tornou-as mais acessíveis financeiramente e muito populares entre as mulheres da região” (p. 140).

Atualmente, encontram-se em atuação vinte e quatro ourives, homens e mulheres, entre mestres e aprendizes, distribuídos nas sete oficinas localizadas em Natividade. Os princípios técnicos do e as disposições práticas para o ofício são adquiridos pelos principiantes no interior das oficinas, em um processo lento e gradual de aprendizagem que se desenrola sob a supervisão dos ourives mais

experientes. Ao adquirir experiência e competência técnicas satisfatórias, os novos ourives passam a comercializar por conta própria a sua produção, via de regra mediante encomendas. Como explica o Dossiê: “os profissionais trabalham quase sempre por encomenda, pois o capital de giro das oficinas é baixo e a oferta da matéria-prima, sobretudo o ouro, nem sempre está assegurada em compasso com a demanda de produção, devido à constante instabilidade técnica e jurídica dos garimpos da região. A maior parte dos ourives ainda compra o ouro de garimpeiros da região, devido ao preço, à facilidade de acesso e ao costume consolidado em décadas de confiança recíproca, particularmente do povoado do Príncipe, Distrito de Natividade, além de Conceição do Tocantins e Almas” (p. 165). Os principais escoadouros do comércio de joias se localizam em Natividade e no “entorno do Sudeste do Tocantins e cidades médias tocaninenses como Gurupi e a capital Palmas”. Mais recentemente, com as facilidades de negociação e transações comerciais online e a facilidades de transporte e envio, a vendas dilataram o seu raio de ação, estendendo-se para um número considerável de estados da federação.

É importante destacar que, não obstante os ourives em atividade e suas respectivas oficinas estejam localizados em Natividade, os usos sociais e os significados incrustados nas joias se irradiam, à maneira de círculos concêntricos, para o distrito do Príncipe e para os municípios circunvizinhos de Conceição, Almas, Dianópolis, Paranã, Santa Rosa do Tocantins e, em especial, Chapada de Natividade – todos eles surgidos com a extração aurífera desencadeada no século XVIII.

Com base na transcrição de passagens do texto do Dossiê, indicamos na tabela abaixo os principais motivos e tipologias das peças, assim como seus significados correlatos:

Joias	Motivo e Tipologia	Significado
Peixa	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhada em ouro para ser usada como pingente, às vezes, com o cravejamento de alguma gema para representar os olhos do peixe. - O corpo da <i>peixa</i> é feito de pequenas placas (também chamadas de chapa) com escamas desenhadas por cinzel e partes soldadas ao qual se articulam o rabo, a cabeça e as nadadeiras por meio de solda. No passado, era comum confeccionar a <i>peixa</i> em desenhos que engranzavam numa mesma peça ouro e prata, ouro e madrepérola ou ouro e pedras de corvina; - Quando os pingentes, usados nas orelhas, são pendurados em outras peças, geralmente brincos em forma de <i>cacho de uvas</i>. No entanto, o mais usual é o uso da <i>peixa</i> em tamanhos maiores, como pingente de colares. Moradores, incluindo os ourives, distinguem entre a <i>peixa pacu</i>, ou <i>pacuzinha</i>, de formato mais arredondado, e a <i>piaba</i>, de corpo mais alongado, dizem, como os peixes dos rios da região. 	<p>Segundo os entrevistados, a <i>peixa</i> é a joia mais tradicional da ourivesaria nativitana.</p> <p>Mais que todas as outras, é a que materializa a memória dessa ourivesaria e a das famílias nativitanas, pois geralmente os mais abastados presenteavam as filhas com uma <i>peixinha</i> quando ainda eram crianças;</p> <p>- Os entrevistados também afirmaram que é a joia que representa a religião católica. Filomena Batista A. Moreira resume, numa afirmação categórica, a relação do modelo <i>peixa-cacho de uva</i> com o cristianismo: “Essa <i>peixa</i>, esse <i>cacho de uva</i>... Isso aqui representa a ceia do Senhor, porque a uva é o vinho. E a <i>peixa</i> é o peixe da ceia”.</p>
Crucifixos	- A imagem de uma cruz, às vezes acrescida com o corpo de Cristo nela cravado e/ou com os raios de	- Alude ao Cristo supliciado, símbolo primevo do cristianismo;

	<p>um resplendor é também arrolado como joia tradicional;</p> <p>- Às vezes, é esculpida em madeira cujas pontas são finalizadas com placas de ouro, podendo também ter relevos desenhados em arabescos de ouro. Seu uso é preferencialmente masculino, não sendo, entretanto, exclusividade dos homens. Em Natividade e redondezas, mulheres, principalmente as mais velhas, foram vistas com muita frequência durante a pesquisa de campo trazendo no peito ou nas orelhas pingentes em forma de crucifixo. São usados como pingente de colar, mas, às vezes em formatos pequenos, como pingentes de brincos. Os de maior poder aquisitivo, fazem uso dele pendurado num colar de <i>lantejoulas</i>. Se em tempos passados, eram em sua maioria feitos de ouro, atualmente, são preferencialmente confeccionados em prata.</p>	<p>- Em Natividade e Chapada da Natividade, o crucifixo com o Cristo está associado ao</p> <p>Senhor do Bonfim, divindade cultuada pelos moradores da região cuja romaria está incluída no calendário das festividades religiosas do lugar. Mas também se vincula a outras devoções;</p>
<p>Pombinha do Divino</p>	<p>- Pingente confeccionado em ouro ou prata, de vários tamanhos e formatos, usado em colares, por homens de todas as idades. Nas entrevistas, é recorrente ouvir dos nativitanos que os meninos, ao nascerem, ganham um <i>divininho</i> e as meninas ganham uma <i>peixinha</i>, mas esse costume não impede de as mulheres trazerem colares e brincos com pingentes da <i>pombinha do Divino</i> ou anel com o mesmo motivo</p>	<p>- Ligada à devoção ao Divino Espírito Santo, sendo um desvelo praticado com mais frequência no âmbito familiar; dádivas dadas pelos pais para marcar o ritual do nascimento dos filhos, assinalando a continuidade da devoção ao Divino Espírito Santo aos descendentes. E também já amealhando para o futuro, conforme as posses da família, a “fortuna” em ouro do recém-nascido. Além dos pais, é um presente dado também pelos padrinhos e madrinhas aos afilhados, nas cerimônias do batizado. A devoção ao Divino Espírito Santo, largamente vivenciada na região, encontra nessas dádivas associadas ao universo ritual de recém-nascidos um campo fértil para o uso das <i>pombinhas</i> do Divino em forma de pingentes e anéis;</p>
<p>Peito, ou teta de moça</p>	<p>- Trata-se de um brinco inteiramente confeccionado em ouro, que apresenta, em uma forma compacta, a configuração de um seio feminino. Pode ter o contorno guarnecido com uma fita de filigrana. Atualmente parece estar em</p>	<p>- Era comum, em tempos passados, as famílias presentear as meninas quando deixavam a infância para trás, marcando uma</p>

	desuso pelas novas gerações, sendo visto mais frequentemente nas orelhas de mulheres mais velhas.	espécie de rito de passagem. Um presente para a menina-moça que anunciava a sua entrada na adolescência, ou a idade em que se abria para os namoros e os casamentos; - Além de marcador de idade, a presença do brinco <i>peito de moça</i> simboliza estratificação social
Flor de maracujá	- Peça que pode ser utilizada em diversas ocasiões ou no dia a dia. Às vezes, é usada em conjunto com um pingente do mesmo modelo dependurado em um colar. É confeccionada em ouro ou em prata com a técnica da filigrana. Há também a confecção de gargantilhas e de pulseiras usando fileiras de <i>florzinhas de maracujá</i> . Nesse caso, seu uso é restrito a mulheres com maior poder aquisitivo;	
Coração nativo/nativitano	- Versão local do coração <i>português</i> , típico da ourivesaria popular do norte de Portugal. Como o similar europeu, é totalmente elaborado com a técnica da filigrana e confeccionado em vários tamanhos, tanto em ouro como em prata. Em tamanhos maiores, são usados como pingentes de colares e gargantilhas; nos menores, é comum o seu uso como brincos; - Do mesmo modo que o brinco <i>flor de maracujá</i> , é também bastante usado no dia a dia pelas mulheres da região, em especial os confeccionados em prata, sendo considerada uma das marcas identitárias das nativitanas. As usuárias e os ourives que as confeccionam gostam de dizer que as mulheres, quando estão em outras localidades usando um <i>coração nativo</i> são imediatamente reconhecidas como nativitanas, se vistas por pessoas que conhecem a região;	
Relicário	Joia confeccionada com placas de ouro, no formato de uma caixinha de duas bandas que articulam o seu abrir e fechar por meio de pequenas dobradiças. O que pode ser considerado a “tampa” da caixa recebe decoração com desenhos em alto relevo, bem como arremates em filigrana, de maneira a refinar o seu acabamento. Podem ser fechados, por meio de um pequeno parafuso que funciona como uma chave. No decorrer da pesquisa de campo, foram raras as referências ao seu uso corporal atual, sob a alegação de que são joias <i>pesadas</i> , isto é, são muito valorosas pela quantidade de ouro que	- São usados como repositórios de lembranças de família. Guardam essências, bilhetes apaixonados, fotografias. Por isso, são também chamados de <i>Memória</i> .

	contém, o que favorece e os põem em risco de roubos e furtos.	
Anel escravo	Anel largo confeccionado manualmente em ouro, sendo sua face externa ornamentada com desenhos cinzelados no próprio aro. Em Natividade, é também chamado de <i>anelão</i> . Usado tanto por homens quanto por mulheres. A quantidade de ouro usada na sua confecção e o trabalho meticuloso de ornamentação faz com que seja uma peça de alto custo, restrita aos mais abastados. É usado como aliança de casamento.	
Anel mãozinhas dadas	Anel feito em ouro ou prata, numa articulação de três aros estreitos que, ao serem fechados, formam o desenho de duas mãos enlaçadas, expressando a união de duas pessoas, no ato de dar as mãos. Conta-se que o Mestre Juvenal confeccionava os anéis <i>mãozinhas dadas</i> com <i>pombinhas do Divino</i> para presentear crianças na Semana Santa.	
Encastoador de cabelo	Em formato de barril, traz ornamentação e acabamentos em filigrana. É usado para enfeixar e guardar - como uma espécie de relicário - pequenas mechas de cabelo como lembrança do primeiro corte do cabelo de crianças ou do cabelo de parentes falecidos;	
Colar ou cordão de lantejoulas	Ornamento de pescoço, de ouro ou prata. É composto de aros achatados que se engrazam uns nos outros, formando uma grossa corrente nas quais são pendurados pingentes como crucifixos, <i>corações</i> , <i>pomba do Divino</i> e <i>peixas</i> . Homens e mulheres os usam com muita frequência tanto no dia a dia quanto no período das festas religiosas.	
Colar português elo	Também chamado de <i>trancelim</i> , confeccionado em ouro ou prata. O colar é montado com elos finos, oblongos, que se sobrepõem uns aos outros, num trançado estreito, formando uma grossa e robusta corrente com valor comercial diferenciado devido à quantidade de metal nele contido. É feito tanto em ouro quanto em prata.	

<p>Colar e pulseira de contas – rosário de contas – rosarinho</p>	<p>Durante a pesquisa de campo, raramente foram observadas pessoas usando joias desse modelo. Elas compunham os “tesouros” pessoais, guardadas e mostradas aos pesquisadores como relíquias de família. Nativitanos disseram serem usadas apenas em ocasiões especiais.</p> <p>Trata-se de peças feitas com pequenas contas, as chamadas contas ocas, especialidade de ourives muito treinados. São colares e pulseiras, geralmente de ouro.</p>	<p>Além da função meramente ornamental, as contas estão presentes nos rosários, objetos que se manuseiam enquanto se <i>reza o terço</i>, ritual católico que encadeia e marca numericamente - por meio das contas - as repetições das principais orações do catolicismo, como pai-nosso, ave-maria, salve-rainha.</p>
--	--	--

VI - O bem cultural como objeto de Registro

É fora de dúvida que a produção de joias para a ornamentação corporal supõe e requisita a presença de um conjunto de habilidades técnicas e saberes que lhes são atrelados. No documento Pedido de Registro da Ourivesaria da cidade de Natividade/TO no Livro de Registro dos Saberes e Modos de Fazer (sic) e seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial do Brasil” (sic) consta uma descrição curta, mas elucidativa do processo envolvido na confecção da filigrana. Eis o texto:

“O processo de fabrico consiste na separação do ouro retirando-se as impurezas. A filigrana exige que o ouro seja muito puro. É através da fundição que a arte dos metais se dá: quando se atinge uma certa temperatura, os metais isolados ou associados liquidificam, e, em seguida, solidificam-se novamente, criando-se, assim, novas formas. Tecnicamente, a filigrana consiste na arte de torcer dois fios de ouro ou prata. Para a feitura do fio os artesãos vertem o metal fundido sobre uma rilheira de fio, através da qual obtêm uma peça arredondada. Desta peça ainda espessa e atendendo à ductibilidade do ouro e da prata, os ourives conseguem fios muito finos que se transformam em filigrana. Da peça obtida na rilheira aos novelos de fio, há as seguintes etapas: da rilheira para o cilindro de fio, do cilindro para o banco de estirar, passando pelas feiras que trabalham o fio para que ele possa atingir a espessura desejada. Disposto em mesadas, o fio é depois sujeito à tarefa mais delicada: a de torcer dois fios, operação realizada normalmente pelo ourives que entrança o fio e tradicionalmente por um aprendiz que o segura para que ele não se parta. Processo ainda bem rudimentar, mas que possibilita a criação de verdadeiras obras-primas. Obtido o torçal (assim se designa o fio em Portugal e também no Brasil), este vai para o cilindro de chapa, onde é batido, tomando-se achatado e não mais redondo. Em geral, o fio, depois de preparado, é enrolado na apanhadeira ou na mão, dependendo do tamanho. As meadas são recozidas e depois branqueadas. A partir daí, o fio se transforma em múltiplas formas, dependendo da habilidade e da arte do ourives. Este processo se dá a partir da armação que é realizada, muitas vezes a partir de um fio chato mais forte e resistente do que o da filigrana, seguindo os contornos dos desenhos propostos. Na verdade, a armação seria como o esqueleto ou a estrutura interna e externa da peça, preparada para receber os adornos, os arabescos da filigrana. Passa-se, então, a tecer, a fazer e desfazer a teia de fios de ouro e prata, confeccionados em geral no mesmo ritmo que tem suas vidas” (Volume do Processo I Parte I, p. 14).

Não foi casual, portanto, que, em seus primeiros passos, os proponentes e pesquisadores tenham defendido o registro do Ofício de Ourivesaria em Natividade, indicando para tal o Livro dos Saberes: técnicas de fundição, ferramentas e instrumentos específicos, bancadas ou mesas, operações manuais intrincadas, aplicação de elementos decorativos se conjugam no fabrico das peças.

Mas se observarmos com mais vagar, e prestarmos a devida atenção ao modo como os ourives qualificam o seu ofício, concluiremos que a ênfase desse discurso repousa tanto na dimensão técnica quanto sobre noções de criatividade e apuro estético envolvidos no fabrico das joias. Em vários momentos, os materiais que subsidiaram este processo de registro enfatizaram as soluções engenhosas

implicadas na adaptação e reelaboração que as peças passaram ao se aclimatarem no Brasil. Se, é verdade, existe uma relação umbilical com a ourivesaria encontrada na região do Minho, o repertório de motivos e tipologias herdado de ultramar foi acomodado e retraduzido para o universo simbólico e para as condições socioeconômicas locais, assim como sofreu a influência das idiosincrasias e preferências dos ourives que vêm atuando em Natividade desde a primeira metade do século XX. Não ocorreu, no local, uma simples replicação do mostruário canônico de joias que desembarcou no país no período colonial. Em lugar de manterem-se fieis às tradições lusitanas, houve um contínuo processo de inovação e renovação. Talvez tais considerações, admito, soem como um truísmo, mas nunca é demais lembrar, como o fazem Tim Ingold e Elizabeth Hallam, no prefácio do livro **Creativity and cultural improvisation: an introduction** (2007), que a “manutenção de uma tradição não se deve a sua inércia passiva, mas a sua regeneração ativa – na tarefa de dar continuidade” (p. 149)[2]. O Dossiê de Registro do Bem Cultural Ourivesaria de Natividade declara:

“O relativo despojamento das joias nativitanas em relação às congêneres portuguesas, sobretudo peças mais antigas e populares no século XX como o *peito de moça*, o *anel escravo*, a *pulseira escrava* e o próprio *coração nativo* (esses e outros modelos serão apresentados e descritos ao longo do Dossiê), representa um conjunto de adaptações e traduções técnicas e estéticas originais e organicamente conectadas ao mundo social e econômico dos sertões goianos na longa duração. A ourivesaria tocantinense está, portanto, em permanente transformação e mantém, ao mesmo tempo, forte sinergia com as tradições, pois preserva e refina a filigrana e outras características do ofício e do uso de joias” (p. 29).

A vitalidade da tradição das atividades ligadas à ourivesaria em Natividade deve-se antes ao fato de que estas sofreram um permanente processo de transformação, não se cristalizando em um conjunto de clichês e fórmulas que apenas emulam a produção que lhes deu origem.

Nessa direção, é provável que a dimensão autoral das peças avulte como um atributo significativo entre os ourives de Natividade. No Dossiê de registro, há uma menção breve a esse respeito: “Os nomes dos ourives eram também mencionados, o que demonstrava a relevância de se atribuir a autoria na confecção das peças. O reconhecimento da autoria parecia indicar que uma parte do valor atribuído às joias estava justamente nas técnicas utilizadas por estes detentores do bem cultural, encravadas no saber fazer dos mestres ourives para aquela comunidade” (p. 197). Seria importante investigar com mais detalhes o assunto. No processo de registro da Arte Santeira em Madeira do Piauí, a pesquisa evidenciou a centralidade da noção de autoria como a referência cultural mais significativa entre os santeiros. Segundo eles, o que distingue um santeiro de um “pica-pau” (isto é, de um artesão que apenas entalha a madeira) é exatamente a aquisição de um conjunto de traços estilísticos singulares, o que faz com que as peças sacras de cada um deles sejam imediatamente reconhecidas: “Eis um santo de Mestre Dezinho!”; “Aqui está uma peça de Mestre Cornélio!”. À semelhança da arte sacra em madeira piauiense, a Ourivesaria em filigrana de Natividade não se define apenas pelo seu virtuosismo técnico especializado, mas por aspectos ligados à criatividade artística e a critérios de apreciação e valoração estética associados a objetos revestidos de valor simbólico e econômico[3].

Em relação ao uso e à dinâmica de circulação das joias, constata-se que, em todas as fases desse longo processo, reiterou-se o fato de que seus significados ultrapassavam questões ligadas à distinção social e à exibição de adornos corporais requintados. As joias em Natividade operam em diferentes registros e condensam uma pletora de significados. Em primeiro lugar, elas funcionam como mediadores que estabelecem vínculos de sociabilidade entre membros descendentes de uma mesma família e suas relações de aliança matrimonial e compadrio. Assim, os depoimentos apresentados pelo Dossiê relatam que são oferecidas por parentes joias aos recém-nascidos e/ou em seus batizados, assim como aos parceiros conjugais que se casam. Além disso, as joias evocam a memória de entes queridos, por meio de fotografias embutidas em relicários; ou então são ofertadas como lembranças evocativas a parentes que deixam Natividade rumo a outras cidades ou regiões do país para que não se esqueçam de sua terra de origem. O Dossiê assinala, ainda, que as joias também se integram ao sistema de crenças populares relativas ao mau-olhado, enfermidades, infortúnios, etc., se lhes atribuindo proteção física e espiritual e auxílio na cura dos males que afligem os seus portadores, à maneira de um amuleto. Por fim, e talvez mais importante, as peças materializam aspectos de valores e crenças devocionais católicas em

louvor, em especial, ao Divino Espírito Santo e ao Senhor do Bonfim. A devoção ao Divino Espírito Santo é comunicada por meio do uso de pingentes em formas variadas da pomba do Divino ou da coroa do Divino, do mesmo modo que o anel do Senhor do Bonfim sinaliza a devoção ao Cristo na Cruz.

IV – Indicações para a salvaguarda

O Dossiê se conclui com um conjunto de recomendações sobre as ações de apoio e fomentos cabíveis para a garantia da manutenção e da continuidade das condições socioculturais e econômicas relativas ao bem cultural. Com a eventual patrimonialização da **Ourivesaria de Natividade**, serão necessárias, conforme afirma o Dossiê, políticas públicas simultaneamente de educação patrimonial, economia criativa, turismo, meio ambiente e gestão de acervos.

No diagnóstico apresentado, destaca-se a necessidade de se estabelecer parcerias institucionais com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) com vistas ao desenvolvimento de projetos de qualificação do Museu Histórico de Natividade: diagnóstico das condições físicas do prédio onde o museu se encontra instalado; plano museológico que contenha uma avaliação do acervo, com o levantamento das condições de conservação da documentação nele abrigada, além da proposição de uma nova expografia. Também é ressaltada a necessidade de criação de um Museu do Ouro e de uma Escola Técnica de Ourivesaria em Natividade, a fim de garantir a reprodução sociocultural das habilidades e conhecimentos investidos na ourivesaria local. Tais são, de fato, medidas importantes e que seguramente teriam efeitos bastante significativos, mas cabe ponderar se elas não escapam da alçada e das possibilidades de atuação do Iphan – em especial a sugestão de criação de uma escola técnica.

De modo mais afeito às diretrizes de salvaguarda vigentes dentro do órgão, o Dossiê recomenda a criação de uma associação de ourives de Natividade, instância que teria como principais objetivos:

“gerenciar ações de salvaguarda do bem cultural perante a comunidade, o Iphan e demais órgãos do Poder Público e a iniciativa privada; oferecer cursos de associativismo; promover cursos de capacitação para a participação em editais públicos e elaboração de projetos culturais, gestão cultural, incluindo prestação de contas; apoiar iniciativas para o aprimoramento técnico dos ourives; propiciar oportunidades de trocas de experiências em oficinas de joalheria artesanal na América Latina e outras localidades nacionais e estrangeiras; estimular e fortalecer a posição dos ourives junto às grandes empresas mineradoras (Aura Minerals, em Almas e Engegold, em Chapada da Natividade), que poderiam destinar parte de sua produção para a ourivesaria com condições de compra facilitadas como forma de apoio social e compensação ambiental” (p. 182).

Seguindo adiante, o Dossiê ainda sugere o enfrentamento de questões ambientais, agravadas, como vimos, com a instalação da mineradora Engegold, por meio de projetos e cursos com temas ambientais em parceria com “instituições de pesquisa (Universidade Federal do Tocantins, Universidade Estadual do Tocantins, Instituto Federal do Tocantins, entre outras) e órgãos de controle ambiental, sobretudo o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), que possui sede regional em Dianópolis, com abrangência para Chapada da Natividade, Natividade e entorno” (p. 183). Ainda a esse respeito, considero ser preciso monitorar, com maior precisão, as dificuldades que vêm sendo causadas pela instalação da empresa mineradora brasileira Engegold em Chapada de Natividade e a empresa canadense Aura Minerals em Almas. Depoimentos indicam que, a médio prazo, a atuação da empresa pode levar à escassez de matéria-prima, uma vez que o ouro extraído não é vendido em pequena escala aos moradores, mas negociado em larga escala com agentes e instituições localizadas alhures – sem falar nos prováveis danos ambientais decorrentes do progressivo acúmulo de rejeitos de mineração. Diante disso, cumpre dimensionar as possibilidades institucionais do Iphan e a importância do órgão se integrar às demais instâncias do poder público que já se encontram mobilizadas e atuantes contra os riscos ambientais dessa extração em larga escala, assim como envolver-se em questões que visem assegurar o acesso e a disponibilidade dos insumos necessários ao fabrico das joias.

Além disso, o Dossiê resalta a importância da implementação de ações educativas e de pesquisas, aos moldes do projeto *Roteiro de Afetos: audiotour patrimonial de Natividade*, atividade que teve como propósito a

“criação de *audiotours* em diferentes pontos (denominados de estações) da cidade de Natividade, via *QR codes*, disponibilizados aos participantes para acesso pelo celular. Consiste em percorrer a cidade a pé para estimular experiências acessíveis de educação patrimonial em áudio, possibilitando que os ouvintes explorem o centro histórico, parando em igrejas, becos, casas, praças, cemitério, ruínas e oficinas de ourivesaria para ouvir narrativas sobre a história da cidade, seus moradores e patrimônios culturais” (p.183).

Ainda no que concerne a ações de educação patrimonial, o documento indica a necessidade de maior divulgação da “importância da ourivesaria artesanal nas escolas públicas da cidade e da região, por meio de ações regulares de educação patrimonial. Por exemplo, roda de conversas com os ourives, professores, gestores e estudantes para mostrar a riqueza cultural e técnica da ourivesaria local, contar sobre seus saberes e fazeres e divulgar as potencialidades econômicas e empregatícias da ourivesaria” (Idem).

Outra preocupação elencada diz respeito à adoção de medidas voltadas para a segurança: os oficinais em atividade operam “de portas abertas na atmosfera até o momento sossegada de Natividade. Um possível reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro deverá aumentar a visibilidade da ourivesaria, o que pode trazer efeitos indesejados em termos de proteção às oficinas, às joias e aos próprios ourives. Sendo assim, uma associação poderá cumprir o papel de centralizar demandas dessa natureza perante as autoridades públicas de segurança” (Idem). Mais uma vez, cabe ao Iphan aferir quais as melhores estratégias para mediar, junto ao poder público local, condições adequadas para o exercício da atividade.

Por fim, o Dossiê considera importante que uma futura associação de ourives estabeleça “parcerias com o Instituto Federal do Tocantins para implementar o reconhecimento das joias nativitanas como Indicação Geográfica (IG) pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), de modo a garantir a origem e a procedência da joalheria local” (p. 184). Nessa direção, informa-se que, em 2023, por meio do Edital nº 03/2022, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e do Ministério da Educação (MEC), “foi realizado diagnóstico de potencial de IG por um dos membros da equipe de pesquisa do Dossiê, o professor Rafael Trapp, à época servidor do IFTO de Dianópolis”. O diagnóstico referendou o potencial das “Joias Artesanais de Natividade” em se tornarem objeto de IG, por sua notória relação com o território e a cultura local, o caráter distintivo e único da técnica da filigrana no Brasil, o trabalho manual e artesanal e a coesão produtiva entre os ourives” (Idem).

Como se vê, a sustentabilidade da Ourivesaria de Natividade exige ações e esforços conjugados dos departamentos de Patrimônio Material e Imaterial, assim como o auxílio de outras instituições ligadas ao Ministério da Cultura e demais ministérios e órgãos envolvidos com questões ambientais, turísticas, educacionais e de gestão de acervos, de maneira a garantir as condições econômicas e socioculturais envolvidas com a reprodução sociocultural e continuidade histórica do bem cultural.

V - Conclusão

Diante do exposto neste Parecer Técnico, entende-se que a Ourivesaria de Natividade possui continuidade histórica e constitui-se como referência cultural para grupos formadores da sociedade brasileira. O longo processo de registro do bem cultural levou à uma mobilização social consistente e constante e à produção de conhecimentos decisivos sobre aspectos culturalmente relevantes do bem cultural, em especial suas origens históricas e geográficas e principais protagonistas, as situações das oficinais e o perfil dos ourives em atividade, a atuação incansável da ASSCUNA, os motivos, tipologias e significados das joias, as vinculações dos usos e da circulação das mesmas com dimensões sociais e religiosas, entre outros. No decurso de quase vinte anos, os detentores não deixaram de reivindicar a relevância de suas referências culturais como aspectos centrais para o seu modo de ser no mundo e para a dinâmica social, cultural e econômica da região.

Assim, por ser uma forma de expressão que exerce um papel destacado no exercício de habilidades técnicas e no estímulo à sensibilidade artística; na articulação de nexos de sociabilidade que

envolvem relações de parentesco, alianças matrimoniais e laços compadrio; em seus usos e significados atribuídos em ocasiões e eventos sociais significativos; na manutenção de crenças populares e na materialização de princípios devocionais atinentes às principais celebrações religiosas católicas locais; na memória social, na identidade cultural e localização territorial dos grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica de produção e reprodução do bem cultural;

Por ampliar o repertório de bens registrados e o conhecimento sobre atividades manuais que conjugam não apenas dimensões técnicas, mas também elementos de criatividade artística e deliberação estética, a exemplo de outros bens já registrados pelo Iphan no Livro das Formas de Expressão – notadamente a Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi e a Arte Santeira em Madeira do Piauí;

Por ser uma atividade com vínculos econômicos, sociais, culturais e religiosos ligados a processos históricos mais amplos de ocupação e fixação populacionais decorrentes da expansão territorial ocasionada pelo chamado “Ciclo do Ouro” na região central do país;

E pelo interesse despertado pelo processo de pesquisa e mobilização que envolveu os ourives, os devotos, os usuários e demais interessados, somos favoráveis à inscrição da **Ourivesaria de Natividade** no livro de registro das **Formas de Expressão** como Patrimônio Cultural do Brasil.

É o parecer que submetemos para apreciação superior.

Rodrigo Ramassote

Técnico em Ciências Sociais

Chefe da Divisão de Revalidação

[1] Até hoje garimpos artesanais permanecem atuantes na região, possibilitando a geração de renda para muitas famílias e contribuindo para a oferta de matéria-prima para a produção de joias em Natividade. Tais garimpos, contudo, estão em risco desde a instalação da empresa mineradora Engegold, que vem adquirindo grandes extensões de terra na região.

[2] Cf. Ingold, Tim; Hallam, Elizabeth. “Criatividade e improvisação cultural: uma introdução”. In: **Todas as Artes. Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura**. Vol. 1, nº 2, 2018, p. 142-169.

[3] No caso da Arte Santeira em Madeira do Piauí, o primado da noção nativa de autoria respondia, entre outras, pela profusão e diversidade de imagens sacras – cada santeiro adotava traços estilísticos muito particulares. Daí o Dossiê defender a proposta de que o livro de registro mais adequado para dar conta dos aspectos mais salientes do bem cultural era o Livro das Formas de Expressão.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Martins Ramassote, Chefe da Divisão de Revalidação**, em 08/09/2025, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6565058** e o código CRC **72498EFF**.

Referência: Processo nº 01450.017344/2007-05

SEI nº 6565058

Criado por [rodrigo.ramassote](#), versão 16 por [rodrigo.ramassote](#) em 08/09/2025 14:52:42.